

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 4 a 8 de fevereiro, em Brasília.

ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO

Eleitos os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, começa o desafio do Palácio do Planalto na organização de sua base de apoio parlamentar. A eleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre pode ser considerada um bom começo para o governo Bolsonaro. Maia ganhou musculatura após a declaração de apoio do PSL, enquanto que a vitória de Alcolumbre pode ser creditada a uma aposta ousada e exitosa do ministro Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Os presidentes já sinalizaram convergência com as reformas estruturais, como a Previdenciária e a Tributária.

A vitória de Alcolumbre enfraqueceu o MDB, que tinha no comando da Casa o seu feudo político. Desde a redemocratização do Brasil, em 1985, o MDB esteve no comando do Senado. Nesse período o único outro partido que conseguiu romper a hegemonia foi justamente o DEM, que à época tinha o nome de PFL. Entre 1997 e 2001, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) foi eleito presidente duas vezes. No segundo mandato (2001) ele tinha o apoio do então PMDB. Depois de uma votação tumultuada no sábado, os cargos de primeiro e segundo vice-presidente, além de quatro secretários e quatro suplentes, serão eleitos na terceira reunião preparatória do Senado na quarta-feira (6).

Renan Calheiros, candidato derrotado do MDB, terá pela frente de lidar com um partido fragmentado. O posicionamento de Simone Tebet, Dario Berger e Jarbas Vasconcelos de

apoio a David Alcolumbre fragilizaram a unidade do partido. Espera-se que o próximo movimento de Renan Calheiros seja sua indicação, pelo Líder do partido, Eduardo Braga (AM), para presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tradicionalmente cabe ao maior partido da Casa. Outra Comissão relevante é a de Assuntos Econômicos. A importância desses Comissões para o governo consiste na competência para sabatinar autoridades, como Ministros do Judiciário e do presidente do Banco Central, respectivamente.

Com o início dos trabalhos legislativos, o Governo deverá se manifestar sobre as Medidas Provisórias que foram editadas ainda pelo presidente Michel Temer. A MP 849/18 (Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário) e a MP 850/18 (Agência Brasileira de Museus - Abram) caducam já em fevereiro, dias 8 e 18, respectivamente. Em março, vencem as MPs 852/18 (Transfere para a União cerca de 3,8 mil imóveis do Instituto Nacional do INSS), 853/18 (Reabre o prazo de adesão ao fundo de pensão dos servidores públicos), 854/18 (Antecipa o pagamento dos peritos responsáveis pelos exames médicos em segurados que entram com ação contra o INSS pedindo revisão ou concessão de benefício). Já as MPs 863/18 (capital estrangeiro nas aéreas), 868/18 (saneamento básico) e 869/18 (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) vencem no início de junho. Até agora, a posição mais clara do governo Bolsonaro é pelo posicionamento favorável da MP que abre o capital das empresas aéreas.

Destaques da Semana

Segunda

- Congresso recebe mensagem de Bolsonaro na [primeira sessão do ano](#).

Terça

- Primeira reunião do ano para [definir Selic](#).

Quarta

- Eleição dos demais cargos da [Mesa do Senado Federal](#).

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – **Jair Bolsonaro** segue internado em São Paulo (SP) após a cirurgia de retirada da bolsa de colostomia. De acordo com o boletim médico o estado de saúde dele é estável e as visitas continuam restritas, por orientação da equipe médica.

Casa Civil

Agenda do ministro – **Onyx Lorenzoni** se reuniu nesta segunda (4) pela manhã com o deputado **José Rocha** (PR/BA). À tarde, o ministro participou da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Congresso Nacional. O ministro também coordenou a reunião de alinhamento com os outros ministros.

Onyx Lorenzoni entrega mensagem do Presidente ao Congresso Nacional – Acompanhado do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, entregou nesta segunda (4) a mensagem do Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao Congresso Nacional. O documento é tradicionalmente apresentado no início do ano legislativo. Onyx apresentou a mensagem ao presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (MDB-AP), e ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O texto foi lido pela primeira secretária da Mesa do Congresso Nacional, Deputada Soraya Santos (PR/RJ). O texto traz uma mensagem de esperança e lembra o difícil período enfrentado nos últimos anos, de recessão histórica, desemprego alto, corrupção e criminalidade presentes no dia a dia dos brasileiros. Veja a [íntegra](#) a Mensagem ao Congresso 2019.

Secretaria de Governo

Agenda do ministro – **Carlos Alberto Santos Cruz** se reuniu hoje (4) com o deputado **José Rocha** (PR/BA) e à tarde, o ministro participou da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Congresso Nacional.

Secretaria-Geral

Agenda do ministro – **Gustavo Bebianno Rocha** participou hoje (4) de reunião com **General Floriano Peixoto**, secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República e a tarde esteve presente na 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Congresso Nacional.

MJ

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Agenda do ministro – Hoje (4), **Sérgio Moro** se reuniu com governadores e secretários de segurança pública para apresentar e debater o Projeto de Lei Anticrime. O texto será enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias. Orientado pelo combate à corrupção, ao crime organizado e aos crimes violentos, a proposta é uma das metas prioritárias dos primeiros 100 dias de governo.

MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MCTIC indica Emmanoel Campelo para a vice-presidência da Anatel – A vice-presidência da Anatel está vaga desde novembro do ano passado, quando foi encerrado o prazo do conselheiro Aníbal Diniz no cargo. Havia especulação no mercado de que a vaga poderia ser ocupada pelo mais

novo integrante do colegiado diretivo da agência, o advogado Vicente Aquino, que trabalhou para candidatos do partido do presidente Bolsonaro, nas últimas eleições. Mas fontes do MCTIC informaram que o ministro Marcos Pontes enviou o nome de Emmanoel Campelo ao Palácio do Planalto para que ele seja o indicado. Campelo faz uma boa dobradinha com o atual presidente, Leonardo de Moraes. E, embora os dois tenham contado com o apoio de parlamentares do MDB (um da Câmara e outro do Senado), o ministro não viu qualquer problema em indicá-lo.

Agenda Internacional

- ✓ Cairo (Egito) – 26º Encontro das Autoridades Internacionais no âmbito do Patent Cooperation Treaty - PCT.

Ministério da Economia

Ministério da Economia

Agenda do Ministro – Nesta segunda (4), **Paulo Guedes** se reuniu com o governador **Eduardo Leite** (PSDB/RS) e participou de reunião com **Kleber Cabral**, Presidente do SINDIFISCO, na ocasião também esteve presente **Marcos Cintra**, secretário especial da Receita Federal do Brasil.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Ilan Goldfajn** cumpriu hoje (4) despachos internos na sede do Banco Central em Brasília (DF).

Primeira reunião do ano para definir Selic começa na terça-feira – A primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de 2019 será realizada na próxima terça (5) e quarta (6), vai analisar o cenário econômico e definir a taxa básica de juros, a Selic, que atualmente está em 6,5% ao ano. Instituições financeiras preveem que a taxa Selic deve permanecer no atual patamar na reunião desta semana. Ao final de 2019, no entanto, a expectativa é que a Selic esteja em 7% ao ano. O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia da reunião, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, definem a Selic.

Boletim Focus – Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA em 2019. O Relatório divulgado nesta segunda (4) mostra que a mediana para o IPCA este ano passou de alta de 4% para elevação de 3,94%. Há um mês, estava em 4,01%. A projeção para o índice em 2020 seguiu em 4,00%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo nível. O relatório trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2021, que seguiu em 3,75%. No caso de 2022, a expectativa também permaneceu em 3,75%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,75% para ambos os casos. A projeção dos economistas para a inflação está abaixo do centro da meta de 2019, de 4,25%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,75% a 5,75%). Para 2020, a meta é de 4%, com margem de 1,5 ponto (de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%).

MRE

Ministério das Relações Exteriores

Agenda do ministro – **Ernesto Araújo** está no Canadá e participou hoje (4) da abertura da 10ª Reunião Ministerial do Grupo de Lima. Na terça (5) o ministro viaja para Washington (EUA) para preparar a primeira reunião entre o presidente Jair Bolsonaro com o americano Donald Trump, o

CGU

Controladoria-Geral da União

ministro deve retornar ao Brasil na quinta (7).

Agenda do ministro – **Wagner Rosário** se reuniu nesta segunda (4) com **José Augusto Viana Neto**, presidente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas. O ministro também participou de reunião com **Marlova Jovchelovitch Noletto**, representante da UNESCO no Brasil.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Sessão do Congresso Nacional

Nesta segunda (4), aconteceu a inauguração da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura no Plenário Ulysses Guimarães.

Política

Congresso recebe nesta segunda-feira mensagem de Bolsonaro na primeira sessão do ano. O Congresso Nacional dará início nesta segunda (4) aos trabalhos legislativos do ano em uma sessão solene conjunta da Câmara e do Senado – a primeira com os deputados federais e senadores recém-empossados. Na cerimônia, marcada para começar às 15h no plenário da Câmara, será lida uma mensagem do presidente da República, Jair Bolsonaro, com os planos do Poder Executivo para 2019. A mensagem costuma ser levada ao Congresso pelo chefe da Casa Civil da Presidência e quem deverá representar Bolsonaro é o titular da pasta, ministro Onyx Lorenzoni. O presidente está hospitalizado em São Paulo, recuperando-se de uma cirurgia para retirada da bolsa de colostomia. A data de início do ano legislativo é definida pela Constituição Federal, que estabelece que seja em 2 de fevereiro. No entanto, como neste ano a data foi um sábado, o início será no primeiro dia útil seguinte. A sessão inaugural será conduzida pelo recém-eleito presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), após cumprir um rito formal. Ele chegará ao Congresso conduzido por batedores, ouvirá a execução do Hino Nacional, assistirá a uma salva de 21 tiros de canhão e passará a tropa em revista. Fonte: G1 Notícias

Eleição dos demais cargos da Mesa será na quarta-feira. Depois de mais de oito horas de reunião preparatória neste sábado (2), os senadores adiaram para a próxima semana a escolha do restante dos cargos da Mesa. Os cargos de primeiro e segundo vice-presidente, além de quatro secretários e quatro suplentes, serão eleitos na terceira reunião preparatória do Senado quarta (6), às 15h. O mandato dos novos ocupantes da Mesa será de dois anos. As atribuições da Mesa do Senado estão previstas na Constituição federal e no Regimento Interno do Senado. Na ausência do presidente cabe ao primeiro e ao segundo-vice-presidentes da Mesa substituí-lo, nessa ordem. Ao primeiro-secretário compete rubricar a listagem especial com o resultado da votação realizada através do sistema eletrônico, realizar a leitura em Plenário da correspondência oficial recebida pelo Senado e de todos os documentos que façam parte do expediente da sessão. Além disso, ele assina e recebe a correspondência do Senado e é responsável pela supervisão das atividades administrativas da Casa, entre outras competências. O segundo-secretário é incumbido de lavrar as atas das sessões secretas, proceder-lhes a leitura e assiná-las depois do primeiro-secretário. O terceiro e quarto-secretários são responsáveis por fazer a chamada dos senadores, nos casos previstos no Regimento, contar os votos e auxiliar o presidente na apuração das eleições. Finalmente, os quatro suplentes de secretários substituem os secretários, na ausência destes. Fonte: Agência Senado

Câmara dos Deputados elege nova Mesa Diretora com Rodrigo Maia presidente. Foram eleitos na sexta (1º) os ocupantes dos sete cargos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados no biênio 2019-2020. O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi eleito presidente pela terceira vez consecutiva, com 334 votos. Emocionado, Maia assumiu o cargo defendendo a modernização das leis e da relação dos políticos com o seu eleitorado, além de defender uma reforma que diminua os gastos do Estado brasileiro. Para a 1ª Vice-Presidência, foi eleito o deputado Marcos Pereira (PRB-SP), com 398 votos. Ele substituirá Rodrigo Maia nos afastamentos e também poderá presidir sessões do Congresso, em que ocupará a Vice-Presidência. Marcos Pereira é advogado, ocupou a vice-presidência da Rede Record e está no seu primeiro mandato. A 2ª Vice-Presidência foi decidida no segundo turno. Luciano Bivar (PSL-PE) foi eleito com 198 votos, derrotando Charllés Evangelista (PSL-MG), que concorreu como candidato avulso e obteve 184 votos. Além de substituir o presidente em eventuais ausências, Bivar será responsável por examinar pedidos de ressarcimento

de despesa médica e fomentar a interação institucional entre a Câmara e os demais órgãos legislativos. Ele está no segundo mandato. Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: Agência Câmara

Líderes de dez partidos já estão definidos. Até a manhã desta segunda (4), dez dos 16 partidos com representação no Senado anunciaram oficialmente os nomes dos parlamentares escolhidos para liderar as bancadas durante os próximos dois anos. Os líderes das seis legendas restantes, da Maioria, da Minoria e do governo podem ser indicados ao longo desta semana. Segundo a Secretaria-Geral da Mesa, os líderes já indicados são os seguintes: Eduardo Braga (MDB-AM); Otto Alencar (PSD-BA); Alvaro Dias (PODE-PR); Rodrigo Pacheco (DEM-MG); Daniella Ribeiro (PP-PB); Weverton Rocha (PDT-MA); Major Olimpio (PSL-SP); Eliziane Gama (PPS-MA); Jorge Kajuru (PSB-GO); e Jorginho Mello (PR-SC). Ainda precisam definir os líderes as bancadas do PSDB, PT, Rede, Pros, PRB e PSC. Todos os partidos podem indicar líderes, independentemente do tamanho das bancadas. Mas só têm direito a uma estrutura administrativa específica as lideranças de siglas ou blocos parlamentares formados por pelo menos três senadores. Na atual composição do Senado, o PR tem dois parlamentares, enquanto PRB e PSC têm um representante cada. Fonte: Agência Senado

Maia defende diálogo para aprovar reforma da Previdência. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, eleito para o biênio 2019-2020, defendeu o diálogo como estratégia para aprovar a reforma da Previdência e afirmou que apenas um texto pactuado com governadores e partidos políticos terá viabilidade para ser aprovado pela Câmara. Segundo ele, a Previdência não é um problema do governo Bolsonaro, mas dos estados e das prefeituras também e, por essa razão, a construção do texto deve ser coletiva. Rodrigo Maia disse que a proposta de reforma a ser encaminhada pelo Executivo vai seguir o processo legislativo regimental e reforçou o compromisso de debater o tema com todas as correntes. Fonte: Agência Câmara

Deputados elogiam capacidade de diálogo de Rodrigo Maia. Deputados de partidos aliados ao governo e da oposição elogiaram a capacidade de diálogo de Rodrigo Maia (DEM-RJ), eleito na sexta (1º) como presidente da Câmara dos Deputados pela terceira vez consecutiva, com 334 votos. Para alguns parlamentares, porém, a escolha de Maia representa um avanço da política econômica liberal do governo Bolsonaro. Para o novo líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), Maia mostrou “disposição de levar à frente” as pautas econômicas, com prioridade para a reforma da Previdência. O líder do segundo maior bloco da Câmara, deputado André Figueiredo (PDT-CE), afirmou que Rodrigo Maia representa a defesa da institucionalidade do Parlamento. Fonte: Agência Câmara

Presidente do Senado diz que desejos das ruas terão protagonismo. O presidente Jair Bolsonaro cumprimentou o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) por sua eleição para a Presidência do Senado. Em sua conta no Twitter, Bolsonaro disse que Alcolumbre tem o desafio de transformar os sentimentos de mudança da população em ações. Alcolumbre foi eleito com 42 votos. Ao assumir a presidência do Senado, ele prometeu acabar com a votação secreta para a Mesa Diretora, prevista no Regimento Interno da Casa. Para Alcolumbre, o Senado precisa ser independente e respeitado, porque é um Poder da República. Segundo ele, as reformas terão prioridade no Senado. O senador fez um discurso de conciliação, agradecendo aos que disputaram a eleição contra ele, aos que desistiram e ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), que se retirou do pleito na última hora. Fonte: Agência Brasil

Conheça os 'superpoderes' que Alcolumbre ganha na presidência do Senado. Grudar na cadeira da presidência do Senado por sete horas seguidas e personificar o movimento contra uma das principais figuras políticas do País não foram apostas feitas à toa. Davi Alcolumbre (DEM-AP), que era um discreto senador em primeiro mandato, agora é o terceiro na linha sucessória da Presidência da República e comanda a pauta da Casa. Além disso, tem direito a carro e casa oficiais e jatos da Força Aérea Brasileira a sua disposição para deslocamentos a trabalho. Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: Agência Brasil

Eleição desgastante no Senado pode gerar dificuldade ao governo em votações, avaliam senadores. Eleito com votos de opositores ao governo Jair Bolsonaro em um pleito apertado que deixou fissuras na maior bancada do Senado, o MDB, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) terá a complicada missão de pacificar a Casa em meio às importantes votações que se avizinham. Senadores ouvidos pelo blog apostam que o alto custo dos 42 votos em Alcolumbre, que teve o apoio ostensivo do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, pode ser muito alto, numa típica “Vitória de Pirro”, já que emendas constitucionais só são aprovadas na Casa com 49 votos. Entre os eleitores de Alcolumbre, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), colega de bancada amapaense em um partido que tende a ser oposição a Bolsonaro, aponta momento de tensão para o futuro do Senado. A rachadura entre os emedebistas veio do desgaste nos últimos dias à medida em que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) perdia a força política que manteve por mais de uma década na Casa, sendo derrotado na queda de braço com Alcolumbre e seus apoiadores. Fonte: G1 Notícias

Antes de Previdência, Bolsonaro enfrentará 39 votações pendentes no Congresso. Antes de abrir as negociações com o Congresso pela aprovação da reforma da Previdência, o governo de Jair Bolsonaro precisará

enfrentar no mês de fevereiro o primeiro teste com sua base parlamentar na votação de 39 propostas pendentes no Legislativo. A análise dos projetos será monitorada de perto pela equipe de governo porque, além de medidas estratégicas, há matérias que impactam diretamente as contas públicas. Em apenas cinco das propostas pendentes, o potencial custo aos cofres do governo federal é de ao menos R\$ 37,3 bilhões ao longo dos próximos anos. No total, são 22 medidas provisórias (MPs) e 17 vetos presidenciais que esperam por votação, a maior parte remanescente da gestão do ex-presidente Michel Temer. Fonte: Folha de S. Paulo

Bloco do PSL domina comissões e isola esquerda na Câmara. O bloco parlamentar que inclui o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, conseguiu isolar as esquerdas e vai comandar 15 das 25 comissões temáticas da Câmara, inclusive as poderosas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças. Essa manobra articulada pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi além: o PT foi empurrado para comissões secundárias e ficará até mesmo sem a liderança das oposições. Apesar de o foco da sociedade ficar nas decisões do plenário, que reúne todos os 513 deputados, as comissões são fundamentais para o processo parlamentar porque todos os projetos de lei e emendas constitucionais são submetidas, primeiro, ao crivo desses colegiados. Pela CCJ, passam todas as propostas. A presidência dessas comissões é muito disputada entre os partidos e entre os próprios parlamentares, porque é o presidente quem define as pautas de votação, define os relatores de cada proposta e garante o cronograma e o ritmo dos trabalhos. Além disso, ele ganha protagonismo na relação com o Palácio do Planalto e tem holofotes garantidos, quando se trata de comissão importante. Fonte: O Estado de S. Paulo

Renúncias previdenciárias vão tirar R\$ 54 bi dos cofres do INSS em 2019. Enquanto pretende endurecer as regras de aposentadoria e pensão, o governo prevê uma renúncia de R\$ 54,56 bilhões com isenções previdenciárias neste ano. Em 2018, as renúncias a micro e pequenas empresas, entidades filantrópicas e exportadores agrícolas cortaram em R\$ 46,3 bilhões a arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – o equivalente a um quarto do rombo da Previdência no ano passado, que foi de R\$ 195,2 bilhões. Em 2018, as empresas do Simples Nacional concentraram a maior parte das renúncias previdenciárias, no valor de R\$ 25,8 bilhões. Já as companhias enquadradas como Microempreendedor Individual (MEI) responderam por outros R\$ 2,2 bilhões. Ambas as categorias pagam uma carga tributária reduzida. As entidades filantrópicas foram beneficiadas com R\$ 11,1 bilhões em isenções previdenciárias em 2018. No grupo estão incluídos hospitais e universidades privadas, que cobram pelos serviços e são responsáveis pela maior parte da renúncia. O relator da reforma da Previdência, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), chegou a declarar em 2017 que proporia o fim desses benefícios, mas a medida não chegou a ser incluída no texto. Fonte: O Estado de S. Paulo

Países europeus reconhecem Guaidó como presidente interino da Venezuela. Espanha, Alemanha, Reino Unido, França, Suécia, Dinamarca, Áustria, Holanda e Portugal reconheceram nesta segunda (4) Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela. As declarações de apoio acontecem após o fim do prazo dado por vários países europeus para que o presidente Nicolás Maduro convocasse eleições presidenciais no país. Na quinta (31), o Parlamento Europeu já tinha reconhecido o líder opositor como presidente e tinha pedido para que os países da União Europeia fizessem o mesmo. O bloco europeu fez um apelo por eleições "livres e credíveis" na Venezuela, mas não fez uma referência direta à iniciativa de Guaidó de se autodeclarar presidente para conduzir um governo de transição. Fonte: G1 Notícias

MRE: Eventual mudança de embaixada para Jerusalém não é provocação. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, reiterou que a transferência da Embaixada do Brasil de Tel Aviv para Jerusalém está em estudo e segue sem definição. Segundo ele, se a mudança for concretizada, ela não deve ser considerada como provocação aos países muçulmanos, mas como uma medida acordada entre os governos do Brasil e de Israel. Fonte: Agência Brasil

Governo Bolsonaro

Bolsonaro tem febre, passa a tomar antibiótico e alta é adiada, diz porta-voz. O presidente Jair Bolsonaro tem febre, passa a tomar antibiótico e alta prevista para quarta (6) é adiada, informou o porta-voz Otávio Rêgo Barros nesta segunda (4), no Hospital Israelita Albert Einstein. Segundo o documento médico, "o excelentíssimo Presidente da República, Jair Bolsonaro, está internado em Unidade de Cuidados semi-intensivos do Hospital Israelita Albert Einstein. Apresentou, ontem [domingo (3)] à noite, elevação da temperatura (37,3°C) e alteração de alguns exames laboratoriais.". Segundo Rêgo Barros, o presidente não tem agenda prevista para os próximos dias e que mudança na previsão de alta, que poderia ocorrer nesta quarta (6), deve ser alterada para a próxima segunda (11). Fonte: G1 Notícias

Com Bolsonaro, governo tem menor base de apoio no Congresso desde Collor. O Congresso que tomou posse na sexta, 1, reúne o menor número de parlamentares declaradamente governistas da redemocratização para cá.

Na Câmara, a base oficial de Jair Bolsonaro representa 22% das cadeiras, enquanto no Senado não passa de 7% – levando-se em conta as coligações oficiais e os apoios já anunciados. Somados às características pluripartidárias do atual Legislativo, os índices revelam ao menos uma dificuldade matemática para o governo em temas essenciais para o seu sucesso, como a reforma da Previdência. Para aprová-la, Bolsonaro terá de ampliar esse patamar em duas vezes e, segundo avaliação geral, mudar a estratégia de não negociar com partidos. Fonte: O Estado de S. Paulo

Fortalecido no Congresso, Bolsonaro quer pacificar relação com Renan por reformas. A eleição de Davi Alcolumbre (DEM-AP) para presidente do Senado Federal representou uma vitória de Jair Bolsonaro, sobretudo do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, mas fez com que o Planalto ganhasse um adversário considerado influente: Renan Calheiros (MDB-AL). A avaliação tem sido feita em caráter reservado por assessores presidenciais, para os quais caberá agora ao presidente Jair Bolsonaro atuar pessoalmente para tentar reconstruir a relação com Renan e reduzir os danos causados pelo envolvimento do ministro da Casa Civil na seara legislativa. Fonte: Folha de S. Paulo

Com comando de Câmara e Senado, DEM quer evitar divisão na cúpula. Às 18h57 de 2 de janeiro de 2019, o DEM passou a presidir a Câmara e o Senado, sem ter a maior bancada nas duas Casas, um feito inédito, além de já ocupar três ministérios. Com a eleição de Davi Alcolumbre (AP) como presidente do Senado, o partido, que mudou de nome há 12 anos (trocando de PFL para DEM) para evitar uma trajetória de declínio, fechou um pacote de força política que já incluía a presidência da Câmara, com Rodrigo Maia (RJ), reeleito pela terceira vez no dia anterior, o ministério da Casa Civil, com Onyx Lorenzoni, o da Saúde, com Luiz Henrique Mandetta, e o da Agricultura, com Tereza Cristina. Agora, o presidente nacional do DEM, o prefeito de Salvador, ACM Neto, começa um trabalho de pacificação entre os caciques da legenda que já travavam uma guerra nos bastidores, não tão velada. Fonte: Folha de S. Paulo

Eduardo Bolsonaro, o 23º ministro. Oficialmente, ele não ocupa nenhum cargo no governo nem faz parte da assessoria pessoal do presidente Jair Bolsonaro. Tampouco participou da equipe de transição. Ainda assim, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) assumiu um protagonismo inusitado na nova administração. Terceiro dos cinco filhos do presidente e o caçula entre os três que se fizeram na política à sombra do pai, Eduardo, de 34 anos, é o herdeiro que tem se mostrado mais à vontade até agora no governo. Embora reeleito com quase 2 milhões de votos, a maior votação já obtida por um deputado federal, ele parece mais envolvido com o dia a dia do Executivo do que com as questões mais urgentes do Congresso, como as articulações para formação de um bloco de apoio às reformas, em especial a da Previdência, considerada fundamental para o equilíbrio das contas públicas. Como uma espécie de 23.º ministro, com o cacife reforçado pelos laços familiares com Bolsonaro, Eduardo circula com desenvoltura nos corredores do poder, pontifica sobre as diretrizes do governo, faz contatos internacionais em nome do pai, à margem do Itamaraty, e foi o único parlamentar a acompanhar o presidente ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Nos bastidores, ele manobra como qualquer representante da “velha política”, para emplacar nomes de seu relacionamento no primeiro e no segundo escalões e interferir na redistribuição de órgãos entre ministérios. Fonte: O Estado de S. Paulo

Moro apresenta a governadores e secretários projeto de lei anticrime. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, reúne-se hoje (4), em Brasília, com governadores e secretários de Segurança Pública para apresentar o projeto de lei anticrime que será enviado Congresso Nacional. Segundo ele, a sociedade também deve demandar ao governo suas necessidades. Nas redes sociais, o ministro detalhou que a proposta considera que o crime organizado alimenta a corrupção e o tráfico de drogas e assim simultaneamente. Moro destacou que não está nas mãos do governo a solução dos problemas de segurança pública. Fonte: Agência Brasil

Projeto anticrime propõe identificar e nomear facções criminosas. O governo federal planeja propor ao Congresso Nacional que as organizações criminosas mais violentas em atuação no Brasil passem a ser identificadas e nomeadas em lei. A medida, defendida pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, consta do Projeto de Lei Anticrime que o Palácio do Planalto pretende enviar ao Congresso Nacional em breve. A redefinição do conceito de organização criminosa será uma mudança significativa, já que, hoje, muitos governantes sequer admitem a atuação destas facções, tentando minimizar o poderio ilícito de seus integrantes. As lideranças das organizações criminosas devem, quando condenadas, iniciar o cumprimento da pena em penitenciária de segurança máxima. “Ele não poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou receber outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo”, explicou Mouró. Fonte: Agência Brasil

Estados pedem desburocratização de fundos de segurança pública. Na conversa com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, uma das principais reivindicações dos governadores presentes foi a desburocratização das regras para acesso ao dinheiro de fundos penitenciários e de segurança pública. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, afirmou que essa discussão pode ganhar polêmica na tramitação do texto apresentado pelo governo hoje e que deve ser encaminhado nos próximos dias para o Congresso Nacional. Para Caiado, a desburocratização também deve ocorrer sobre regras como a que baliza o apoio das Forças Nacionais aos estados que enfrentam situações de criminalidade em alta escala, como a atual realidade do Ceará. O governador goiano disse que o

Planalto precisará definir prioridades. Segundo ele, que tem mais de 20 anos de atuação no Congresso, a proposta ampla que agrega mudanças de todas as legislações penais acabará sendo fatiada ao longo da tramitação legislativa. O governador do Ceará, Camilo Santana, pediu tempo para se debruçar sobre a proposta geral e apresentar sugestões ao texto. Uma delas, segundo ele, é o estabelecimento de padrões para ampliar a fiscalização de explosivos no Brasil. Fonte: Agência Brasil

Por pacote, Moro abre gabinete a políticos. Empenhado em aprovar o seu pacote anticrime no Congresso, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, mergulhou em articulações políticas no seu primeiro mês na nova função. Em 30 dias no cargo, recebeu pelo menos 21 parlamentares, além de governadores e prefeitos, de 15 partidos diferentes. Nas reuniões, ouviu sugestões de como tornar o texto “palatável” e evitar novas derrotas, a exemplo de outras iniciativas parecidas que enfrentaram resistência, como as 10 Medidas de Combate à Corrupção. Em mais um esforço de articulação política, Moro pretende apresentar o texto final em primeira mão ao presidente reeleito da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em visita na casa do deputado, às 7h30, nesta segunda (4). Em seguida, a um grupo de governadores e secretários de segurança. Ainda marcará presença na primeira sessão do ano do Congresso, às 15h. Moro já havia telefonado parabenizando Maia pela reeleição na Câmara e fez o mesmo com Davi Alcolumbre (DEM-AP), eleito neste sábado (2), no Senado. A escolha do senador, aliás, foi bem-recebida no entorno do ministro, por estar mais alinhado ao governo e, principalmente, por ele ter barrado Renan Calheiros (MDB-AL), desafeto declarado de Moro. O ministro deve se encontrar com Alcolumbre ainda nesta semana. Fonte: O Estado de S. Paulo

Com corte de 21 mil cargos, governo quer economizar R\$ 209 mi por ano. O governo pretende economizar R\$ 209 milhões por ano com o corte de 21 mil cargos comissionados. Segundo a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o decreto com a reestruturação de funções e gratificações técnicas em toda a Esplanada dos Ministérios será editado ainda este mês. De acordo com a pasta, a iniciativa contribuirá para simplificar a gestão e enxugar a diversidade de cargos e comissões. O Ministério da Economia não detalhou a distribuição dos cortes por órgãos nem por tipos de cargos, mas informou que pretende extinguir algumas gratificações de legislação muito antiga, algumas que não estão sendo ocupadas e outras de baixo valor individual, que não representam função de chefia. A mudança não necessariamente significará que 21 mil pessoas serão demitidas. Isso porque a maior parte dos cargos em comissão é ocupada por servidores concursados escolhidos para chefias ou funções de confiança. Segundo o Ministério da Economia, o decreto pretende adequar a estrutura às necessidades da administração pública e evitar, no futuro, a ampliação dos gastos com a ocupação dos cargos que ficaram vagos e as gratificações que deixaram de ser pagas. Fonte: Agência Brasil

Derrota de Renan 'vai fazer bem para o país', diz Onyx após eleição no Senado. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, está de alma lavada. Foi derrotado na disputa na Câmara dos Deputados, com a reeleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas comemorou a vitória de Davi Alcolumbre (DEM-AP) no Senado. Motivo: Davi é uma criação sua, uma candidatura que começou a ser pensada em novembro, em um movimento para barrar a volta de Renan Calheiros (MDB-AL) ao comando do Senado. Em entrevista ao blog, Onyx Lorenzoni atribui a vitória ao sentimento de mudança pela “nova política” no Senado, assim como aconteceu nas eleições presidenciais. afirmou que Renan Calheiros – que está na mira de investigações – o chamou para a briga algumas vezes, mas que ele não foi “porque sabe o seu lugar” de ministro. “Se eu fosse deputado, eu já tinha ido”, afirmou. Fonte: G1 Notícias

Para governo, Davi Alcolumbre é ‘cumpridor de missões’. O novo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), é classificado pelo Palácio do Planalto como um homem que cumpre missões. O governo avalia que, após a disputa tensa e acirrada no Senado para desbancar Renan Calheiros (MDB-AL), poderá contar com Alcolumbre no apoio à tramitação de seus projetos na Casa. Lançado ao comando do Congresso como alternativa à “velha política”, um discurso que incendeia as redes sociais, o senador foi avaliado pelo ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que decidiu enfrentar até mesmo críticas de correligionários do DEM para interferir na disputa. A cúpula do DEM não ajudou Alcolumbre porque avaliava que sua candidatura poderia prejudicar a reeleição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), do mesmo partido, o que acabou não ocorrendo. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo Bolsonaro vai agir para diminuir sequelas da eleição tumultuada do Senado. De forma pragmática, integrantes da cúpula do governo Bolsonaro já decidiram agir para diminuir as sequelas da votação conturbada para a presidência do Senado. A avaliação é que o próprio presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, devem entrar em cena para tentar curar as feridas do senador Renan Calheiros (MDB-AL), derrotado no sábado (2). Isso porque o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) foi alvo de críticas do próprio Renan por ter apoiado Alcolumbre. O consenso no governo é que foi muito positiva a eleição do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) para o comando do Senado, por ser um aliado do Palácio do Planalto. Mas há o reconhecimento de que a reforma da Previdência é uma prioridade e que por tanto, será preciso evitar atrito com outros atores importantes do Senado. Nas palavras de um auxiliar direto do presidente Bolsonaro, será possível diminuir o tom beligerante de Renan. Até porque agora ele tem um potencial de estrago bem menor, já que não tem a caneta de presidente do Senado. Também há a

percepção de que Renan é pragmático e que vai ter interesse numa boa relação com o Palácio do Planalto, principalmente para não atrapalhar a gestão do seu filho, o governador Renan Filho, em Alagoas. Fonte: G1 Notícias

Planalto quer negociar ‘no varejo’ com deputados. O Palácio do Planalto vai montar uma espécie de “posto avançado” na Câmara para atendimento dos deputados no varejo. Depois da eleição que deu vitória a Rodrigo Maia (DEM-RJ) para novo mandato à frente da Casa, o governo estabeleceu um cronograma para medir a temperatura do Congresso e evitar ser pego de surpresa com insatisfações de última hora em votações consideradas prioritárias pelo presidente Jair Bolsonaro, como a reforma da Previdência. Fonte: O Estado de S. Paulo

Guedes desacelera abertura comercial em troca da reforma da Previdência. Em um esforço para aprovar a reforma da Previdência, a equipe econômica está desacelerando a prometida abertura comercial, um dos pilares da política econômica do ministro Paulo Guedes. Em conversas com empresários, Guedes vem pedindo apoio para convencer parlamentares em prol da reforma. Os interlocutores ficaram com a impressão de que a Previdência tem hoje o monopólio da atenção do ministro, o que significa uma trégua aos setores que temem os efeitos da concorrência internacional em seus negócios. Um sinal são os estudos que estão sendo feitos pelo governo para reduzir a velocidade de corte das alíquotas de importação no setor de máquinas e equipamentos, uma das primeiras atividades no alvo da abertura comercial. Os estudos ainda não foram concluídos, mas uma opção é suavizar o corte no curto prazo, deixando a queda mais forte para uma etapa posterior. Fonte: Folha de S. Paulo

Veja as expectativas de economistas sobre o novo governo 1 mês após a posse. A posse de Jair Bolsonaro na Presidência da República completou um mês na quinta (31) e, após os primeiros dias de mandato, economistas seguem acompanhando com atenção a condução da pauta econômica pelo novo governo. Em novembro de 2018, 30 dias após a eleição do novo presidente, o G1 ouviu 6 economistas sobre suas expectativas a respeito da capacidade do governo de promover o crescimento da economia, conseguir aprovação de reformas, reequilibrar as contas públicas e gerar mais empregos. Na sexta (1º), a reportagem ouviu novamente os mesmos profissionais. Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: G1 Notícias

Governo vê espaço para revisão de isenções tributárias. O governo prevê abrir mão de R\$ 14,3 bilhões em receitas neste ano para isentar de impostos a compra de veículos por pessoas com deficiência e os valores recebidos como aposentadoria por indivíduos com doenças graves. O valor tem crescido nos últimos anos, o que acendeu a luz amarela na equipe econômica e fez com que essa renúncia entrasse na mira devido às suspeitas de fraudes nesses benefícios. Na zeragem do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de veículos por pessoas com deficiência, o valor da renúncia é menor (passou de R\$ 199,9 milhões em 2013 para R\$ 376,5 milhões em 2019), mas o benefício é ainda questionado pelo governo. Segundo os técnicos, há casos de decisões judiciais que concedem a isenção para quem tem pequenas próteses ou para familiares de quem tem a deficiência. Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo vai propor idade mínima de 65 anos para homens e mulheres. O governo Jair Bolsonaro vai propor idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem no Brasil, segundo minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) preliminar obtida pelo Estadão/Broadcast. O texto foi confirmado por três fontes que participam da elaboração da reforma. Duas fontes da área econômica confirmaram que se trata da versão preliminar e ainda é possível mudanças. A PEC prevê que a idade mínima poderá ser definida por lei complementar, mas cria regras transitórias até aprovação dos projetos de lei. Essa foi a saída encontrada pelos técnicos para evitar uma “enxurrada” de propostas legislativas sobre a Previdência no início dos trabalhos do Congresso Nacional, como antecipou o Estadão/Broadcast. Atualmente, há duas formas de se aposentar. Por idade, com a exigência de ter 65 anos (homens) e 60 anos (mulheres), com no mínimo 15 anos de contribuição. Ou por tempo de contribuição, quando não se exige idade mínima, mas são necessários 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de pagamentos ao INSS. A reforma que deve ser enviada pelo governo Bolsonaro até o fim do mês ao Congresso acaba com a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição. Fonte: Estado de S. Paulo

Ministro de Bolsonaro criou candidatas laranjas para desviar recursos na eleição. O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (PSL), deputado federal mais votado em Minas, patrocinou um esquema de candidaturas laranjas no estado que direcionou verbas públicas de campanha para empresas ligadas ao seu gabinete na Câmara. Após indicação do PSL de Minas, presidido à época pelo próprio Álvaro Antônio, o comando nacional do partido do presidente Jair Bolsonaro repassou R\$ 279 mil a quatro candidatas. O valor representa o percentual mínimo exigido pela Justiça Eleitoral (30%) para destinação do fundo eleitoral a mulheres candidatas. Apesar de figurar entre os 20 candidatos do PSL no país que mais receberam dinheiro público, essas quatro mulheres tiveram desempenho insignificante. Juntas, receberam pouco mais de 2.000 votos, em um indicativo de candidaturas de fachada, em que há simulação de alguns atos reais de campanha, mas não empenho efetivo na busca de votos. Fonte: Folha de S. Paulo

Poder Judiciário

Na volta do recesso, STF decide pautas importantes. O STF (Supremo Tribunal Federal) voltou do recesso em 1º de fevereiro. Para o 1º semestre, estão agendadas 44 sessões plenárias. Entre decisões monocráticas e pautas de sessões plenárias estão as ações em que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) é réu e a possibilidade da prisão em 2ª instância. Veja [aqui](#) a notícia completa. Fonte: Poder 360

Na abertura do Congresso, Toffoli defende 'pacto por reformas'. O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Dias Toffoli, defendeu nesta segunda (4) a aprovação das reformas previdenciária e tributária. Na abertura do ano legislativo, Toffoli afirmou que é preciso de um pacto entre os Poderes para que sejam feitas as reformas que fazem parte da agenda econômica do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Fonte: Folha de S. Paulo

25 ex-parlamentares devem ter processos da Lava Jato enviados pelo STF para instâncias inferiores. Reabertos os trabalhos de 2019 na última sexta (1º), o Supremo Tribunal Federal (STF) começa a definir neste mês quais casos serão remetidos para as instâncias inferiores dentre os 25 ex-senadores e ex-deputados investigados na Operação Lava Jato. Como não foram reeleitos, esses ex-parlamentares não terão mais o chamado foro privilegiado, pelo qual só respondiam a processo no STF. Os ministros devem ouvir a Procuradoria Geral da República antes de definir se os casos seguirão para a Justiça estadual (crimes comuns) ou para a federal (crimes previstos na lei federal), se vão para primeira instância ou se eventualmente devem permanecer no STF por terem relação com políticos que mantêm a prerrogativa de foro. As análises serão feitas pelo ministro relator de cada caso. Os não reeleitos investigados em procedimentos no STF são oito ex-senadores e 17 ex-deputados. Alguns desses parlamentares têm contra si mais de um inquérito no Supremo. Isso indica que o volume de processos da Lava Jato deve ser reduzido após a posse, na última sexta-feira (1º), dos integrantes da nova legislatura no Congresso. O número de investigações a deixar o STF pode aumentar ainda mais porque no ano passado o tribunal limitou o foro privilegiado para os fatos ocorridos durante o mandato e que tenham relação com o cargo. Fonte: G1 Notícias

Acordo extrajudicial salta de 1,7 mil para 33,2 mil após reforma da CLT. O volume de acordos trabalhistas extrajudiciais na Justiça disparou nas varas do país após o primeiro ano de vigência da reforma que regulamentou a modalidade. Nos 12 meses anteriores à lei, válida desde novembro de 2017, foram processados 1.742 acordos extrajudiciais. Um ano após a reforma, foram 33,2 mil, um salto de 1.804%, segundo dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Desses, quase 80% foram considerados procedentes na íntegra ou em parte. Até então, acordos do tipo não tinham chancela da Justiça, mas alguns funcionários e empregadores arriscavam. Fonte: Folha de S. Paulo

Barroso, do STF, envia para 1º grau denúncia contra Temer no inquérito dos portos. Relator do inquérito dos portos no STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Luís Roberto Barroso determinou nesta segunda (4) o envio de uma denúncia contra o ex-presidente Michel Temer (MDB) para a primeira instância da Justiça Federal no Distrito Federal. Ao ficar sem mandato, Temer perdeu a prerrogativa de foro perante o STF. Barroso também deferiu pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para que se abram cinco novas investigações sobre o emedebista, que tramitarão na primeira instância. Fonte: G1 Notícias

Felipe Santa Cruz é eleito presidente da OAB e diz que cobrará correção da tabela do IR. O advogado Felipe Santa Cruz foi eleito o novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Em entrevista ao G1, Santa Cruz afirmou que cobrará do governo federal as providências necessárias para a atualização da tabela do Imposto de Renda. O objetivo, disse, é aumentar a faixa de pessoas isentas do pagamento. Durante a campanha eleitoral, o então candidato Jair Bolsonaro defendeu a isenção do imposto para quem ganha até cinco salários mínimos. O assunto, porém, ainda é discutido pelos integrantes da equipe econômica do governo e, até o momento, não há decisão se a tabela será corrigida. Segundo o novo presidente da OAB, o ofício será enviado ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele explicou que, caso o governo não tome providências sobre o assunto, a entidade pedirá que o Supremo Tribunal Federal (STF) retome uma ação parada na Corte que trata do tema. A ação foi suspensa a pedido do presidente atual, Cláudio Lamachia, que passará o cargo para Santa Cruz. Fonte: G1 Notícias

Último Foco

PGR volta a pedir ao STF que suspenda contrato entre Telebras e Viasat. A procuradora geral da República, Raquel Dodge, voltou a pedir ao Supremo Tribunal Federal que suspenda o acordo firmado entre a Telebras e a americana Viasat para uso do satélite nacional, base dos atuais programas de inclusão digital do governo federal.

Em agravo regimental contra decisão da então presidente do STF, Carmen Lúcia, de julho de 2018, a PGR repete os questionamentos conta a escolha da parceira, que foi referendada pelo Tribunal de Contas da União, mas ainda assim considerada lesiva pelo Ministério Público. A PGR sustenta que a Telebras deveria ter observado os mesmos critérios da chamada pública de interessados em usar o satélite, realizada em 2017, mas fracassada por falta de participantes. Por isso, quer que o atual presidente José Dias Toffoli reforme a decisão que manteve o acordo, ou que o caso seja submetido ao colegiado. Fonte: Convergência Digital

Novo mega vazamento de dados expõe 2,2 bilhões de senhas e logins. Um novo caso de vazamento de informações, apelidado de Collection #2-5, ou em português, Coleções de nº 2 a nº 5, foi responsável por 2,2 bilhões de roubos de senhas, de acordo com o Instituto Hasso Plattner (HPB). Além disso, pelo menos uma parte dos últimos caches contém dados mais recentes, potencialmente representando riscos maiores aos usuários. Há duas semanas, chegou às manchetes o caso que ficou conhecido como Collection #1, ou Coleção nº1, em português, no qual 773 milhões de logins e senhas foram expostos, enquanto outros dados circularam em fóruns de ciberdelinquentes. No entanto, essa era apenas uma parte de um estoque muito maior de informações sigilosas que vieram à público. O Instituto Hasso Plattner opera um serviço semelhante ao do site de Troy Hunt, o Have I Been Pwned (HIBP), um serviço de consulta de informações roubadas, no qual, ao colocar a conta de e-mail, o usuário consegue saber se alguma de suas credenciais foi exposta em um destes grandes vazamentos de informações. No entanto, ao contrário do serviço de Troy Hunt, o Identity Leak Checker inclui dados completos de todos os cinco caches que foram expostos desde o início do ano (Coleções de nº1 a nº5). Fonte: Convergência Digital

Metade dos PCs do mundo roda com software desatualizados. Cinquenta e cinco por cento dos aplicativos instalados em PCs no mundo estão desatualizados, tornando os dados dos usuários vulneráveis a ação dos ciberdelinquentes, revela o Relatório de Tendências de PC 2019 da Avast. O estudo apura ainda que, dentre os aplicativos com atualizações negligenciadas com mais frequência, estão: Adobe Shockwave (96%), VLC Media Player (94%) e Skype (94%). O relatório, que usa dados anônimos de 163 milhões de dispositivos de todo o mundo, também destacou que o Windows 10 está instalado em 40% dos PCs, aproximando-se rapidamente dos 43% do Windows 7. No entanto, 15% de todos os usuários do Windows 7 e 9% de todos os usuários do Windows 10, globalmente, estão executando versões antigas e não mais suportadas de seus produtos como, por exemplo, a versão do Windows 7 Release to Manufacturing de 2009 ou o Windows 10 Spring Creators Update do início de 2017. A execução de sistemas operacionais desatualizados coloca os usuários em risco de vulnerabilidades e de outros problemas significativos com relação à segurança. Fonte: Convergência Digital

Cidades Inteligentes: transformação digital exige um novo tipo de inovação. A OBr.global, aceleradora de negócios internacionais está com inscrições abertas para o programa “Silicon Valley UX - Smart Cities”, imersão em San Francisco, que acontece de 9 a 16 de fevereiro de 2019, com vivências práticas em inovação e competitividade para cidades inteligentes. “Há uma nova onda de inovação e os empreendedores precisam entender que é necessário um equilíbrio para não ‘matar’ as oportunidades, adverte o idealizador do “Silicon Valley UX - Smart Cities” e um dos principais articuladores do Observatório Brasileiro de Cidades Inteligentes (OBCI), Robert Janssen. Com conteúdo elaborado e executado por nativos do Vale do Silício, a imersão Silicon Valley UX possui duração de uma semana e também faz parte do programa de Internacionalização da OBr. A iniciativa é destinada a executivos, empresários, investidores, empreendedores e todos que buscam aprofundar e acelerar seus conhecimentos e expertise em empreendedorismo, inovação, competitividade e internacionalização. Proporciona uma experiência única no desenvolvimento de novos conhecimentos e oportunidades de estabelecer conexões locais, aumentando o nível de maturidade e fornecendo ferramentas para obter maior competitividade. O programa oferece ainda um workshop “Pitch ao Modo do Vale”, que ajuda a aperfeiçoar o pitch para investidores, conforme a prática local do Vale; aula de pós-graduação em Empreendedorismo Digital na UC Berkeley; palestras e rodadas de negócios com investidores anjos locais, institutos e agências de fomento, como Latin SF, iHub, Fremont Digital e recomendação de eventos locais de networking. Articulador do OBCI, Janssen diz que a transformação digital - que significa o uso da tecnologia e da inovação em áreas como segurança pública, saúde e mobilidade - exige uma bandeira de aproximação entre pesquisadores e o mercado. Fonte: Convergência Digital

Uso de tecnologia no transporte de presos agrada a governadores. A lista de medidas para o endurecimento de leis penais de combate à criminalidade e corrupção no país recebeu o apoio de todos os governadores que participaram da conversa com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Apesar do reconhecimento de que as regras precisam ser mais claras e as penas mais efetivas, o aspecto econômico ganhou destaque nas manifestações de estados importantes. Governadores assistem à apresentação de medidas de combate à criminalidade. Mais de um governador exaltou o uso de novas tecnologias, como teleaudiências, como uma medida fundamental para desafogar os gastos estaduais com transferências de presos. Ratinho Júnior, do Paraná, afirmou que essa conta pode chegar a R\$ 60 milhões por ano com transporte e estruturas para que detentos sejam ouvidos em tribunais criminais. Para o governador de São Paulo, João Doria, o uso de teleaudiências precisa ter um viés mais obrigatório do que facultativo. Doria disse que a medida oferece toda condição de plena defesa dos presidiários e atende

o interesse da promotoria e dos advogados. Partiu do governador da Bahia, Rui Costa, o pedido para um endurecimento maior com relação ao porte de armas por criminosos jovens sem antecedentes. Costa argumentou que isso poderia evitar que juízes liberem esses criminosos, que são alvo do aliciamento de facções criminosas. Os governadores também sugeriram o fim das chamadas saidinhas, quando presos são liberados em datas especiais se cumprirem regras de bom comportamento. Fonte: Agência Brasil

Finep abre nova oportunidade para startups e vai investir até R\$ 30 milhões em empresas selecionadas. A Finep lançou este mês a segunda rodada do edital de 2018 do programa Finep Startup, que tem como objetivo alavancar empresas de base tecnológica em fase final de desenvolvimento de produto ou que precisem ganhar escala de produção, com viabilidade comercial comprovada. O limite de recursos totais desta rodada é de R\$ 30 milhões para 30 startups. O período para envio de propostas fica aberto até o dia 28 de fevereiro. A financiadora vai investir até R\$ 1 milhão em cada uma das empresas selecionadas, que ainda poderão receber no futuro um novo aporte de até R\$ 1 milhão, conforme a evolução do plano de negócios. Além disso, a Finep vai aportar conhecimento e recursos financeiros via participação no capital de empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. As startups concorrentes precisam ter protótipo MVP (Minimum Viable Product ou, em português, Produto Viável Mínimo), prova de conceito ou, preferencialmente, já estarem realizando as primeiras vendas. Fonte: Anprotec